

DIAS, Cleber. História e historiografia do lazer. In: ISAYAMA, Helder; MELO, Victor (Orgs.). *Pesquisa e pós-graduação em estudos do lazer*. Belo Horizonte: Ed. Da UFMG, no prelo.

História e historiografia do lazer

Cleber Dias

Dentre os assuntos abordados pelos estudos do lazer, a história deste fenômeno está certamente entre as mais negligenciadas. Além do número reduzido de trabalhos sobre o assunto, há também certa precariedade empírica nos resultados apresentados. O problema, é verdade, não é exclusivamente historiográfico, nem está circunscrito apenas ao Brasil. A literatura sobre o lazer, de maneira geral, tem sido frequentemente criticada pelo seu atraso epistemológico com relação a outras disciplinas das ciências sociais (SAMDAHL, 1999). Conclusões mais amplamente aceitas no universo dos estudos do lazer, do mesmo modo, têm sido criticadas por aparentarem ser tão somente a repetição monótona de velhas ortodoxias (ver JOHNSON, 2008).

Nesse cenário pouco alvissareiro, pesquisas sobre a emergência e desenvolvimento histórico do objeto de estudo que constitui essa área de pesquisa pode ser uma possibilidade, talvez uma necessidade, para saltos qualitativos nas suas reflexões. Não por acaso, um dos diagnósticos apontados por críticos das limitações dos estudos do lazer reside, justamente, na pouca atenção que essa comunidade de especialistas tem dedicado ao estudo da história da sua própria constituição. Na opinião de Peter Bramham e Ian Henry (1996), por exemplo, pesquisadores do lazer não têm refletido suficientemente sobre suas próprias práticas investigativas. Pouca atenção, segundo eles, tem sido dada ao processo histórico de definição de questões de estudos ou de tradições interpretativas. Uma das consequências dessa postura manifesta-se no desconhecimento do legado que um conjunto de pesquisas desenvolvidas ao longo de décadas têm oferecido para a edificação de influentes consensos e paradigmas para as pesquisas sobre o lazer, o saibam ou não os partícipes dessa comunidade. Pesquisas como as de Robert Snape e Helen Pussard (2013), no mesmo sentido, têm demonstrado como reflexões sobre o lazer e a recreação anteriores à Segunda Guerra Mundial, quando se reconhece o período de formação institucional de uma especialidade acadêmica dedicada ao lazer, podem estar sendo subestimadas, por vezes até desprezadas pelas gerações mais contemporâneas de pesquisadores. Em outras palavras, poder-ia-mesmo falar que os estudos do lazer sofrem de uma crônica falta de consciência histórica.

Nesse contexto, um conhecimento mais detalhado sobre a história do lazer pode trazer consigo considerável potencial heurístico para a renovação teórica dos estudos do lazer. Por certo, uma adequada compreensão histórica desse fenômeno pode jogar novas luzes sobre as discussões a respeito dos seus significados sociais. O estudo do lazer no passado faz parte de um necessário esforço para a melhor compreensão do lazer no presente. No limite, podemos dizer que um adequado entendimento do lazer contemporâneo simplesmente não é possível sem um adequado entendimento do seu processo histórico de desenvolvimento. Nesse artigo, meu objetivo é justamente tentar oferecer uma contribuição nesse sentido. Através de uma revisão sobre a historiografia do lazer, pretendo reconstituir os principais aspectos do processo de constituição histórica deste fenômeno, identificar as teses centrais predominantes nesse ramo de estudos, apontar algumas possibilidades interpretativas alternativas, além de tentar extrair algumas implicações teóricas possíveis disso tudo. Basicamente, pretendo uma crítica à compreensão historiográfica predominante, onde a descontinuidade entre as diversões pré-modernas e os lazeres modernos é sempre excessivamente enfatizada, no meu ponto de vista, em detrimento das suas eventuais continuidades. Também pretendo uma crítica a abordagens

especulativas, subordinadas a teorias sociológicas e pouco comprometidas com fundamentos mais empíricos e propriamente historiográficos. Apesar do número relativamente reduzido de trabalhos sobre a história do lazer no Brasil, acredito que as evidências disponíveis já autorizam algumas críticas e até uma tomada de posição. É a finalidade do que se segue.

I

O surgimento das primeiras pesquisas sistemáticas sobre a história do lazer remonta a década de 1960. É um período em que as ciências sociais, em geral, testemunharam grande influência de discussões sobre a cultura, no que comentadores do assunto têm chamado de “virada cultural” (BONNELL, 1999; JAMENSON, 2006). Na prática historiográfica, especificamente, a assimilação de preocupações com a cultura resultou na consolidação da chamada nova história cultural (HUNT, 2001). Uma das consequências dessas novas orientações foi o alargamento do horizonte temático das pesquisas históricas, que passou, inclusive, a dizer respeito também ao lazer. Daquele momento em diante, todo o universo dos costumes cotidianos, da cultura, enfim, passaram a configurar objetos de interesse para número crescente de historiadores. O lazer, ao lado de outros assuntos menos convencionais, como os esportes, pouco a pouco se tornaram objetos legítimos de reflexão histórica (MELO, 2009).

No que toca à historiografia do lazer, o desenvolvimento dessa nova agenda de pesquisas esteve profundamente articulada com outras tradições disciplinares, alguma das quais relativamente consolidadas já, enquanto outras, de outro modo, encontravam-se ainda em formação. As primeiras pesquisas sobre a história do lazer surgiram na interseção de pelo menos três campos do conhecimento: a sociologia funcionalista, a história do trabalho e o nascente campo interdisciplinar dos estudos do lazer. Esse contexto acadêmico marcou de maneira incisiva e provavelmente até os dias de hoje, todo o desenvolvimento das pesquisas históricas sobre o lazer.

Sem a pretensão de realizar um inventário exaustivo a esse respeito, a 7ª Conferência *Past and Present*, realizada no Birkbeck College, em Londres, em 1964, pode ser apontada como uma das primeiras iniciativas para a promoção de um debate historiográfico explícito sobre o lazer. As duas sessões da conferência dedicaram-se a história do lazer e do trabalho nas sociedades pré-industriais e industriais. A súmula das discussões foi registrada na revista que dava nome a conferência. De maneira mais detalhada, o artigo que abriu os trabalhos da primeira sessão, sobre trabalho e lazer na sociedade pré-industrial, de Keith Thomas, também veio à luz na mesma revista.

Embora outras reflexões sobre a história do lazer possam ter existido antes, o artigo de Thomas, assim mesmo, pode seguramente ser apontado como marco importante para o processo de construção e circulação de esquemas explicativos, influenciando, mais tarde, todo um campo de estudos especializados sobre o assunto. Além do ineditismo temático, o artigo de Thomas anunciava também uma nova orientação teórica que marcaria a prática historiográfica dali em diante, servindo, de certo modo, como síntese antecipada de uma série de tópicos e conclusões que seriam desenvolvidos pela historiografia do lazer nos anos seguintes.

Em 1964, Thomas ainda não era o reputado historiador que se tornaria mais tarde, autor de livros sobre a história da magia ou sobre a história da relação entre homem e natureza, mas já era com certeza alguém que apontava para a necessidade de uma renovação no quadro conceitual que orientava a pesquisa histórica da época (*cf.* THOMAS, 1988; 1991). Um ano antes, Thomas (1963) já havia apresentado um artigo explorando as recíprocas relações entre história e antropologia, o que pode parecer banal nos dias de hoje, mas era bastante original para a época. Ao postular uma aproximação com a antropologia, Thomas apontava para um novo horizonte de problemas, tais como as visões de mundo de uma sociedade, seus sistemas de crenças, suas escalas de valores, seus hábitos e costumes, sua cultura, enfim; assuntos já

bastante caros aos antropólogos, mas até então insuspeitos para muitos historiadores. De certo modo, é esta postura que o credenciava a tratar de um assunto improvável naquele momento, como o era o lazer e a organização social dos tempos.

A comunicação de Thomas sobre o trabalho e o lazer na sociedade pré-industrial, já orientado por um conhecimento antropológico seguro, mobilizou exemplos de diferentes sociedades tradicionais: dos ilhéus de Trombiand aos Maori da Nova Zelândia. Com esse procedimento, Thomas pretendia dar a ver a especificidade cultural que a sociedade industrial imprimiu à organização desses dois espectros da vida social, o trabalho e o lazer, principalmente por meio da sua separação. Por analogia, segundo argumentação de Thomas, seria precisamente esse mesmo espaço de diferença que distinguiria o trabalho e o não-trabalho nas sociedades industriais e pré-industriais. Em sua interpretação, o mundo medieval da Europa Ocidental exibia algumas das mesmas características das sociedades mais “primitivas”, como ainda era autorizado dizer-se na época. Em suas palavras:

O mais óbvio contraste aos hábitos de trabalho do mundo industrial moderno é fornecido pelas sociedades primitivas com as quais antropólogos e historiadores da pré-história estão familiarizados. Aqui, a distinção entre trabalho e lazer não é possível de estabelecer. A vida nesse mundo segue uma estrutura pré-determinada em que trabalho e não-trabalho estão inextricavelmente confundidos. Os Dogons do Sudão empregam as mesmas palavras para indicar o cultivo da terra e a dança em cerimônias religiosas; para eles, ambas as atividades são igualmente úteis (THOMAS, 1964, p. 51).

Para Thomas, em síntese, um conjunto de polarizações entre esses dois mundos, esses dois distintos modos de organização social, industrial e pré-industrial, ocidental e tradicional, primitivo e moderno, manifestar-se-iam também na organização do trabalho e do “lazer”. Nas suas palavras, para aquelas sociedades “primitivas”, cujos modos de organização social dos tempos estendiam-se, por analogia, ao período pré-industrial, “períodos de lazer não estão claramente definidos como tais, embora atividades econômicas, como caçar ou ir às compras, obviamente tenham seus aspectos recreativos, como cantar ou contar histórias no trabalho”. Fundamentalmente, continua Thomas, “o trabalho não é regulado pelo relógio, mas pelas exigências da tarefa” (p. 58).

Temos aí já bem delineado alguns elementos característicos das abordagens predominantes nos estudos do lazer, quais sejam, a pressuposição de que a separação entre trabalho e lazer, resultado, sobretudo, do crescente e progressivo processo de industrialização, é a pedra de toque fundamental da singularidade histórica deste fenômeno social diante de outras maneiras de se organizar e se relacionar com o tempo fora do trabalho. Lembremos, nesse sentido, as palavras de Dumazedier, cuja obra fora canônica para as reflexões sobre o lazer. Para Dumazedier (1999), “o lazer possui traços específicos, característicos da civilização nascida da Revolução Industrial” (p. 26). Nessa perspectiva, tal como nos argumentos apresentados por Thomas, a singularidade histórica e sociológica do lazer é produto de uma descontinuidade fundamental entre sociedades industriais e pré-industriais. Trata-se, basicamente, do mesmo princípio que orientara, já naquele momento, os argumentos de Thomas e depois de toda uma geração de historiadores que se dedicariam a investigar a história do lazer.

No artigo de Thomas, contudo, não era apenas a antropologia que concorria para exemplificar por contraste a diferença entre o significado social nos modos de se conceber e se relacionar com o trabalho e o não-trabalho em sociedades industriais e pré-industriais. Thomas demonstrava também conhecer pesquisas sobre o lazer publicadas entre o fim da década de 1950 e o começo de 1960, entre os quais, os livros editados por Eric Larrabbe e Rolf Meyershon (*Mass Leisure*), ou por George Friedman e Pierre Naville (*Traité de Sociologie du Travail*), que se tornariam depois referências recorrentes para os estudos do lazer. A incorporação dessas obras como interlocutores é um dado importante, pois as linhas gerais de argumentação adotadas dali por diante por ambos os campos de estudo, tanto pelos estudos do lazer, quanto

pela história do lazer, seriam muitíssimo semelhantes, se não idênticas. Aqui também o artigo de Thomas é bastante revelador, pois não é desprezível o fato desta nascente bibliografia sobre o lazer, com o qual dialogava Thomas, ter uma natureza fundamentalmente sociológica. Nomes importantes dessa fase inicial de pesquisas em lazer eram sociólogos de formação ou de ofício. A sociologia, de fato, marcou muito poderosamente os primeiros trabalhos responsáveis pelo início da edificação de um campo de estudos especializados em lazer em várias partes da Europa (MOMMAS, 1997). O início da construção de uma reflexão histórica sobre o lazer, portanto, se fazia numa intersecção disciplinar entre sociologia e a história propriamente dita.

Nas pesquisas historiográficas sobre o lazer, o diálogo com estas abordagens sociológicas, no mais das vezes implícito, manifesta-se, entre outros aspectos, na ênfase atribuída ao novo processo de divisão social do trabalho inaugurado pela industrialização como o principal elemento para a explicação das transformações históricas que se processaram nos modos de fruição do tempo livre. A ênfase recorrente sobre a ruptura e a descontinuidade histórica nesta historiografia, então, é apenas uma das consequências lógicas deste diálogo com a sociologia, desde sempre pautada pela preocupação de compreender o processo de transição entre os mundos pré-moderno e moderno.

A passagem das diversas formações sociais para a modernidade tem sido desde sempre um problema a chamar a atenção dos cientistas sociais, consistindo, de resto, em um tema formativo para a própria sociologia. Marx, Weber e Durkheim, assim como a teoria da modernização e as alternativas e ela que a partir do marxismo se apresentaram, todos emprestaram centralidade a essa questão (DOMINGUES, 2004, p. 187).

Assim, pesquisas sobre o lazer, independente do ponto de vista disciplinar, tem se operacionalizado quase sempre por meio da “teoria geral da sociedade industrial” ou “teoria clássica da modernização”. Nessa perspectiva, sociedades tradicionais e modernas são sempre rigidamente contrastadas (JARVIE, MAGUIRE, 1994).

Para tornar ainda mais complexo esse cenário, há ainda injunções entre a nascente historiografia do lazer e a história do trabalho. Segundo avaliação de Peter Bailey (1999), as primeiras pesquisas sobre a história do lazer constituíam um ramo da história do trabalho, quase da mesma forma que a sociologia do lazer surgira como um desdobramento da sociologia do trabalho (sobre a relação entre sociologia do lazer e do trabalho, ver SAMUEL, 1996). Desse modo, a nascente historiografia do lazer reverberava preocupações daquela outra especialidade de estudos já existente e bem consolidada: a transformação do lazer sob a industrialização, a destruição da cultura pré-industrial e a formação de uma nova cultura moderna operária.

Dessa maneira, a historiografia sobre o lazer vai surgindo numa encruzilhada de influências, que englobava a história do trabalho, os estudos do lazer e a sociologia (especialmente a de orientação funcionalista). No fim, a concatenação disso tudo condicionaria a reflexão histórica sobre o lazer em limites bem determinados e até os dias de hoje, pode-se dizer.

II

Apesar do reconhecimento de que distintas formas de diversão sempre tenham integrado a vida social de diferentes épocas, a tese predominante na historiografia do lazer é de que o significado social de diversões pré-industriais era diferente do que o lazer moderno se tornaria a partir de dado momento. São poucos os trabalhos que não postulam essa descontinuidade histórica fundamental (para exemplos, ver MCLEAN, HURD, 2009; HUNNICUTT, 2006; DE GRAZIA, 1966). Em contrapartida, são muitos os que formulam distinções binárias entre esses dois momentos, perceptíveis, sobretudo, depois da industrialização, conforme convencionalmente se argumenta. Trata-se mesmo de um *modelo*

teórico-interpretativo geral empregado em toda parte para a tentativa de compreensão das transformações históricas ocorridas no universo das diversões na modernidade.

De acordo com essa perspectiva, antes do período industrial, a maioria dos trabalhadores era empregada em serviços agrícolas. A produção de bens, em geral, realizava-se no interior das próprias casas, sem uma segregação espacial óbvia entre o lugar de trabalho e o de descanso. A maioria das pessoas, além disso, vivia em pequenas comunidades, onde o anonimato e as possibilidades de liberdade para escolhas individuais eram mais reduzidas pela coerção dos costumes e hierarquias. A organização social do tempo também era significativamente diferente daquela inaugurada pelo regime de produção fabril a partir do século 19. O trabalho geralmente era realizado em alternância com outras formas de ocupação, incluindo àquelas de alguma forma ligadas às diversões. Trabalho e diversão, portanto, estavam frequentemente interligados. Sintomaticamente, alguns dos principais espaços de diversão, como a taberna e as feiras, funcionavam também com outras finalidades, como a realização de negócios (*cf.* BULL, HOOSE, WEED, 2003; CORBIN, 2001; RUSSEL, 2013).

Com o advento da indústria, os modos de relação entre o trabalho e o tempo de não-trabalho teriam então se transformado radicalmente. Em primeiro lugar, a natureza do trabalho propriamente dito ter-se-ia transformado. Um número cada vez maior de trabalhadores empregava-se agora em novas ocupações, produzidas por novas formas de produção. Como consequência, e em segundo lugar, a localização do trabalho também teria mudado. O modelo de produção fabril exigia grande força de trabalho concentrada a uma distância relativamente pequena da fábrica, o que teria implicado maior adensamento populacional. A vida em grandes cidades, por sua vez, teria fomentado um novo mercado de consumo de bens e serviços, com novas formas de passatempo, distintas daquelas tradicionalmente usufruídas no campo. Em terceiro lugar, a própria estrutura da sociedade teria sofrido transformações, com uma nova forma de estratificação e hierarquização, que contaria desse momento em diante, com uma crescente classe média urbana, bem como com uma nova classe operária.

De acordo com este modelo interpretativo predominante, embora as pessoas trabalhassem longas horas antes da industrialização, o trabalho era relativamente desestruturado e irregular, isto é, sem regulamentações muito precisas. Assim, a estrutura laboral pré-industrial permitiria a alternância de intensas jornadas de trabalho com momentos de descanso. Em tais circunstâncias, indivíduos seriam então mais capazes de determinar quanto trabalho era preciso realizar. O trabalho pré-industrial realizado no campo, além disso, era governado pelo ritmo da natureza. Tudo se submetia aos ciclos sazonais das estações ou ao calendário eclesiástico. Não por acaso, algumas das principais festividades da época estavam associadas com o calendário das plantações, das colheitas ou das celebrações religiosas, como era o caso das “*wakes*”, espécie de festejos religiosos da Inglaterra organizados para comemorar os santos padroeiros de igrejas. Nessas ocasiões cerimoniais, a distinção entre trabalho e lazer seria obscura, tanto quanto entre lazer e religião. Momentos de recreação, por outro lado, também estariam frequentemente perpassados por obrigações sociais diversas, tais como rituais de nascimentos, casamentos ou funerais. O envolvimento com esses acontecimentos geralmente era compulsório, havendo, portanto, pouco espaço para escolhas individuais.

Depois da industrialização, todavia, tudo isso teria mudado significativamente, de acordo com os argumentos desenvolvidos por essa perspectiva. Dali em diante, era essencial que todos comesçassem e terminassem seus trabalhos ao mesmo tempo, na medida em que estariam subordinados aos artificiais ritmos de trabalho determinado pelas máquinas. Como resultado, ter-se-ia operado uma progressiva e radical separação entre os tempos de trabalho e não-trabalho, já não mais concebidos como uma unidade indivisível. Além disso, o número de dias destinados ao trabalho teria aumentado, erodindo, assim, antigas estruturas tradicionais de festas e diversões, ao mesmo tempo em que agenciava o nascimento de todo um novo universo

de entretenimento. Em síntese, sob o ímpeto modernizador deflagrado pela Revolução Industrial, teria ocorrido a revolução do lazer.

III

Todo esse quadro interpretativo, porém, apesar de predominante na historiografia sobre o lazer, não é, assim mesmo, inteiramente consensual. Há críticas e interpretações alternativas para a explicação histórica do lazer. Pesquisas diversas vêm questionando a demarcação cronológica tradicionalmente adotada para a indicação da emergência histórica do lazer, ou mesmo as variáveis causais que melhor explicariam tais transformações.

Maurizio Tuliani (2003), por exemplo, tratando das diversões medievais na Baixa Idade Média da Itália, situa o século 14 como período de surgimento de uma nova atitude diante das atividades de recreação, descanso e divertimento. A releitura de textos da antiguidade clássica promovida pelo pensamento humanista da época, afirmava a liberdade individual do sujeito, em contraposição a coerções dos costumes tradicionais. Intensificava-se, assim, a tomada de consciência acerca da própria individualidade, o que estimulava a busca de momentos para se gozar os prazeres da vida. Paralelamente, transformava-se o modo de ordenamento urbano das cidades, que passavam a cumprir função social mais ligada à economia do que à defesa, como fora outrora. Nesse novo contexto, o núcleo familiar já não era o único e principal ponto de referência cultural. Ao lado desta tradicional instância de encontro e sociabilidade, criavam-se também cada vez mais praças, fontes, pátios e pórticos, em espaços que cumpriam finalidades econômicas, mas também lúdicas e festivas. Do mesmo modo, o mercado semanal, as feiras ou as festas religiosas cresciam em número e em importância. Mais de 25% dos dias do ano eram ocupados por celebrações de algum tipo, fossem cívicas ou religiosas, onde havia muitas ocasiões para espetáculos de música, canto, danças, bailes, jogos de destreza e acrobacias. Segundo Tuliani:

Podemos afirmar que nas cidades italianas da Baixa Idade Média conviviam dois tipos de sensibilidade diante do lazer e da diversão. As velhas formas de ritualidade coletiva, que para a maioria da população seguia tendo um valor importante e uma grande capacidade de atração, as quais se foram acrescentando novos espaços para o lazer, novos protagonistas e uma nova mentalidade que transmitia aos velhos ritos conteúdos e significados sociais diferentes. Deste modo se multiplicaram as ocasiões em que o indivíduo se distanciava da fadiga da vida com uma atitude lúdica ou reflexiva: por um lado através do jogo e da evasão, por outro utilizando seu espaço privado (p. 104).

Tratando da Espanha entre os séculos 13 e 14, Joan-Lluís Marfany (1997) também mencionou uma série de divertimentos que seriam assiduamente praticados na época, tais como a música, a caça e as danças. Para ele, indícios da existência dessas práticas autorizariam tratá-las sob o conceito de lazer.

Em sentido semelhante, Alessandro Arcangeli (2003) também sublinha a importância do início do período moderno para o desenvolvimento do lazer. Para ele, o período compreendido entre os séculos 15 e 17 foi fundamental para a elaboração de uma particular cultura do lazer na Europa. Discursos médicos, jurídicos e teológicos expunham preocupações às vezes minuciosas sobre inúmeros divertimentos, bem como sobre as circunstâncias que os tornavam recomendáveis ou não. Danças, jogos, teatros ou apostas eram algumas das práticas que constituíam objeto de preocupação nesse contexto. Por um lado, temeridades quanto os riscos morais e físicos da inatividade estimulavam determinadas formas de recreação, reconhecendo-as como necessárias para a saúde ou a integridade moral de um indivíduo. Por outro lado, condenavam-se outras atividades de lazer, sugerindo-se dedicação limitada e fruição apenas parcimoniosa. Novas distinções entre o ócio e o negócio também tomaram parte

fundamental dessas transformações, com a ociosidade cada vez mais tida como um vício e perda de tempo em atividades inúteis (a respeito das novas valorações sobre ócio e negócio, ver também CHARTIER, 2003; JORDAN, 2003; VICKERS, 1990).

Martin Rheinheimer (2009), no mesmo sentido, também destacou o processo de nova valorização do trabalho na Europa entre os séculos 14 e 15. Nessa época, crescimento demográfico, maior mobilidade, intensificação dos mecanismos de comercialização de bens e produção manufatureira, além de uma crescente monetarização e especialização profissional, alteravam significativamente o modo de hierarquização social. Pouco a pouco, o trabalho determinava cada vez mais a posição de um indivíduo na estrutura social. Progressivamente, o trabalho deixava de ser visto como castigo, para ser concebido como fonte de bem estar e riqueza. A ociosidade ou a falta de vontade de trabalhar, por outro lado, passavam a ser vistas como causa principal da pobreza. Ao longo do século 16, tratados destacando as virtudes do trabalho honesto e os danos da ociosidade tornavam-se cada vez mais comuns (para análise desse processo na Espanha do período, ver MACKAY, 2006).

Ao longo dos dois ou três séculos seguintes, a estrutura das sociedades europeias experimentariam grandes e profundas mudanças. Apesar disso, essas ideias e atitudes relativas ao trabalho e ao lazer se mostrariam extraordinariamente duráveis em muitos casos. Conforme dissera John Hatcher (1998):

Os assuntos com os quais diferentes grupos tinham de lutar eram recorrentes, como eram o contraste e as perspectivas frequentemente conflitivas através dos quais eles eram vistos. O equilíbrio geral que ocorreu ao longo de séculos no nível real dos salários e na relativa escassez de trabalho precisaram de maiores ajustes na resposta dos empregadores e dos empregados, dos governantes e dos governados, dos ricos e dos pobres, *mas tais ajustes ocorreram dentro de parâmetros que mudaram extraordinariamente pouco* (p. 66-67, o grifo é meu).

Por outros caminhos e tratando de outro período, conclusões de John Plumb (1982) sobre a Inglaterra também desestabilizam parte do esquema interpretativo geral predominante sobre a história do lazer, apontando para períodos anteriores ao surto industrial do século 19 como momentos chave para compreensão da transformação histórica do lazer. Para ele, o período decisivo para as transformações estruturais nos modos de organização do lazer na Inglaterra situa-se entre os fins do século 17 e princípios do século 18. Segundo ele, nessa época, muitos aspectos se encadearam simultaneamente para a produção de transformações históricas do lazer. Em primeiro lugar, inovações tecnológicas na impressão de textos reduziram os custos do processo de produção de livros, jornais e folhetos. Em decorrência, um grupo crescente de pessoas passou a poder acessar esse tipo de material. De acordo com Plumb, “o desenvolvimento do mercado de materiais impressos é o primeiro aspecto da comercialização do lazer” (p. 71).

A exploração comercial da imprensa estimulava um mercado de lazer cada vez maior, pois a leitura e o crescimento de todo o mercado editorial supunha a existência de uma audiência considerável, com o tempo e dinheiro para gastar. O crescimento desse mercado consumidor teria estimulado a disposição em tentar atender o gosto e as demandas dos novos clientes. Surgem, então, publicações especializadas em peças teatrais, romances, culinária, jardinagem ou partituras musicais. Além disso, através da publicidade, a imprensa teria cumprido ainda outra importante função para o crescente desenvolvimento da exploração comercial do lazer, que é a divulgação de eventos ou espaços de lazer, tais como corridas de cavalo, partidas de críquete, concertos, teatros, bailes, reuniões e jardins de recreio. A imprensa, assim, desde a década de 1690, articulava-se profundamente com o desenvolvimento comercial de várias práticas de lazer. A partir das décadas de 1750 e 1760, o lazer já estaria claramente se convertendo numa indústria com grande potencial.

Na Inglaterra, portanto, o século 18, chamado não por acaso *Merry England* (Inglaterra alegre), testemunhou-se grandes níveis de atividades recreativas. Uma progressiva diminuição dos constrangimentos religiosos sobre algumas diversões populares seria paulatinamente notada nessa época. Conforme dissera Thompson (1998): “a Igreja perdia o controle sobre o ‘lazer’ dos pobres” (p. 52). Em contraposição ao processo de cerceamento de diversões populares, característico dos séculos 16 e 17, quando a influência puritana teria sido particularmente forte na Inglaterra, o século 18 viu a criação ou a progressiva proliferação de várias novas formas de diversão, tais como feiras, restaurantes, pousadas, hotéis, museus, galerias de arte, parques, jardins públicos, balneários e estações termais. Em cada um desses espaços de sociabilidade pública, que se tornavam, aliás, aspecto social cada vez mais marcante daquele período, poder-se-ia ver a exibição de bandas de músicas, acrobatas, malabaristas, marionetes, mágicos, artistas de teatro e toda uma variada gama de atrações, muitas vezes já oferecida por empresários especialmente dedicados ao ramo do entretenimento (SOARES, 2007).

Tratando da história urbana de Shrewsbury, no oeste da Inglaterra, Angus McInnes (1988) destacou o papel desempenhado pelo crescimento de um mercado de luxo e de lazer a partir de 1660, afirmando mesmo que o período testemunhou uma verdadeira “revolução do lazer”, isto é, um intenso florescimento cultural, onde a oferta de produtos e serviços ligados aos lazeres e ao consumo de luxo teve grande protagonismo. Nessa época, Shrewsbury sofreu amplas transformações nas suas estruturas ocupacionais. Por volta de 1650, o chamado “setor de lazer”, que inclui o mercado de serviços e de bens de luxo, como tabacarias, barbearias, livrarias, confeitarias ou perfumarias, empregava pouco mais de 14% da mão de obra de Shrewsbury. Um século depois, a participação desse setor no emprego de mão de obra da cidade mais que dobrou, recrutando já mais de 35% dos trabalhadores. Em contrapartida, a mão de obra empregada na produção de couro passou de 19% entre 1650 e 1675, para menos de 10% entre 1750 e 1775. Diminuição ainda mais acentuada ocorreu no setor têxtil, cujo percentual de mão de obra empregada passou de 13 para 5% nesses mesmos períodos. Ao longo do século transcorrido entre 1650 e 1750, portanto, processou-se uma inversão da importância social e econômica desempenhada pelos mercados de produção, de lazer e serviços. Outra evidência no mesmo sentido é o crescimento de instalações destinadas ao lazer da população, tais como livrarias, teatros, quadras de tênis, hipódromos, campos de caça, jardins, cafés, ou salas para dançar, beber chá e jogar cartas, em processos que se desenrolaram de maneira semelhante em outras localidades (cf. BORSAY, 1990; SCHATNER, 2014).

Diante de tudo, não é surpresa que historiadores como Peter Burke (1995) tenham já questionado explicitamente a idéia de que o lazer inexistiria em sociedades pré-industriais. Em sentido contrário, ele resgatara livros, guias, pinturas e tratados que se multiplicaram a partir do século 16, e que demonstrariam a existência do lazer antes de 1850, que ele próprio identifica criticamente como sendo o período em que a maioria das pesquisas aponta como marco cronológico para a identificação da emergência histórica deste fenômeno.

Em outros termos, Kenneth Baird (2002) também questionou a tese de que a industrialização teria sido um agente histórico decisivo para transformações nos modos de ocupação do tempo livre na Inglaterra. Segundo ele, essa visão é simplista e exige ainda mais detalhamentos. Mais especificamente, Baird questiona o entendimento de que a industrialização e seus processos mecanizados de produção teriam reduzido a quantidade de tempo disponível dos trabalhadores ingleses do século 19. Segundo Baird, a extensão das transformações na estrutura produtiva do trabalho na Inglaterra desse período variou consideravelmente em diferentes regiões do país. Para muitos, ele afirma, havia efetivamente poucas mudanças. Mesmo nos distritos de produção têxtil, onde os efeitos da industrialização eram maiores e mais visíveis, transformações na estrutura e na organização do trabalho não eram amplamente disseminadas. A industrialização inglesa, em verdade, não se processou na mesma extensão e

da mesma maneira por todo o país. Ao contrário, teria havido mesmo uma concentração desproporcional desse processo. Em 1850, Lancashire concentrava sozinha 70% de todas as fábricas de algodão da Inglaterra, empregando 74% de toda mão de obra desse setor. Mesmo assim, segue Baird, menos de 3% da sua população trabalhava em fábricas de algodão. Assim, sem desconsiderar que muitas transformações de fato se processaram nas estruturas de organização do trabalho na Inglaterra entre 1800 e 1850, Baird relativiza a extensão desse processo. Para ele, “a extensão da industrialização e da industrialização não eram tão grandes quanto à historiografia tem sugerido”. Ainda segundo ele, o mesmo poderia ser dito com relação às diversões populares, que seriam marcadas também por muitas permanências e continuidades. Em suas palavras:

A evidência exibe a necessidade de ser cuidadoso ao considerar os efeitos da industrialização sobre o tempo de lazer da classe trabalhadora, e que é enganoso exagerar a extensão ou a velocidade com que práticas de lazer tradicionais declinaram. Parece aceitável dizer que para uma pequena proporção da classe trabalhadora houve, de fato, uma redução no tempo livre, mas para a maioria dos trabalhadores de todo o país houve poucas mudanças na estrutura dos seus trabalhos, enquanto para aqueles que eram afetados pela industrialização, mudanças ocorreram apenas gradualmente (BAIRD, 2002, p. 35).

IV

Comparando o conjunto de trabalhos disponíveis sobre a história do lazer, pode-se mesmo falar da existência de pontos de vistas conflitantes e consideravelmente contraditórios a esse respeito, embora a apreensão desta bibliografia tenda a ser parcial, privilegiando teses que apenas confirmem opiniões pré-existentes, em detrimento das suas antíteses. Parte significativa dessas divergências interpretativas diz respeito à determinação da natureza, extensão, velocidade de propagação e momento histórico preciso das transformações modernizadoras. De um lado, reconhecem-se elementos modernos em circunstâncias pré-modernas, ao mesmo tempo em que se identificam também muitas características pré-modernas em situações que deveriam ser, em tudo e supostamente, modernas, industriais e urbanas. Conforme avaliação de Arno Mayer (1987), a historiografia da modernidade tem se caracterizado pela negligência, subestimação e desvalorização da capacidade social em retardar, neutralizar e subjugar a modernização capitalista, incluindo a industrialização. Segundo ele, “até 1914, de modo predominante, a Europa era pré-industrial e pré-burguesa, com suas sociedades civis profundamente radicadas em economias de agricultura baseada no trabalho prolongado, manufatura de bens de serviço e pequeno comércio” (p. 27). Mesmo na Inglaterra, país mais industrializado da época, ainda em princípios do século 20, apenas 12% da força de trabalho total era empregado em setores da indústria pesada, como aço, ferro, maquinaria, veículos e produtos químicos. Até o século 20, em suma, as imagens do trabalho fabril na linha de montagem eram muito mais um presságio do futuro que uma realidade acabada; mais uma questão de percepção histórica do que de realidade histórica. Conforme afirma Mayer, “devido a sua grandeza, visibilidade e novidade, reativamente poucas usinas siderúrgicas e fábricas metalúrgicas davam a impressão de sobrepujar a densa vegetação de sítios e fazendas, pequenas oficinas e médias instalações” (p. 53).

Outra questão geral que perpassa tais discussões diz respeito à fixação do aspecto causal mais relevante para a explicação das transformações históricas que se processavam nos lazes da época. Teria sido, de fato, a industrialização a principal causa das transformações históricas nos modos de se usufruir o tempo livre? Teria sido este, de fato, o principal fator responsável pelo próprio processo de estabelecimento de uma distinção entre o tempo de trabalho e de não-trabalho, que caracterizaria, assim, o que chamamos atualmente de lazer? De

maneira conceitualmente mais profunda, seria esta, realmente, a melhor e mais adequada maneira de definir e caracterizar este fenômeno social?

Pesquisas mais recentes têm estabelecido relações teóricas entre produção e consumo de maneira mais recíproca e equilibrada, o que dimensiona a história do lazer em outros termos. Melo (2010), por exemplo, ao invés de analisar trabalho e lazer como entidades estanques e compartimentadas, destaca, de outra forma, o mútuo condicionamento exercido pela manufatura e os novos formatos das diversões. Para ele, “trabalho e diversão, indústria e lazer se gestaram mutuamente”. Segundo afirma, “se é um equívoco pensar o lazer somente como um substrato do trabalho, abandonar a dimensão trabalho na análise da importância do lazer é igualmente equivocado” (p. 22).

O desenvolvimento de uma sociedade mercantil, com relações trabalhistas assalariadas cada vez mais generalizadas, num contexto econômico, ademais, crescentemente próspero, permitiu a integração de setores cada vez maiores ao mercado de consumo de bens e serviços. O fenômeno foi particularmente visível na Inglaterra do século 18, favorecida, ainda, pela sua política externa, que conseguiu explorar o mercado colonial para exportação de seus produtos. Logo, o alargamento do mercado consumidor teria sido condição para a industrialização inglesa, não sua consequência. Não por acaso, os novos métodos de produção industrial começaram a ser aplicados nas indústrias dirigidas ao consumidor, tais como os setores têxtil, alimentício ou de vestuário (MAYER, 1987).

Por certo, outros elementos concorreram para tecer uma complexa rede de relações para as paulatinas e progressivas transformações históricas no âmbito do tempo livre. Ao lado ou talvez até mais que dinâmicas tecnológicas da industrialização, que eram relativas, de todo modo, alterações demográficas, econômicas, políticas, institucionais e culturais, como as atitudes morais das classes superiores com relação aos lazers populares, desempenharam função igualmente importante. Mas a ênfase em algum desses aspectos isoladamente seria insatisfatória. Explicações unidimensionais são insuficientes para apreender adequadamente o significado histórico desses processos de grande envergadura e longa duração.

Uma polarização excessiva entre um período “anterior” e outro “posterior” na história social do lazer também não parece adequado. Todo fenômeno social quando observado em sua dimensão temporal, apresenta-se, em diferentes medidas, como o resultado de dinâmicas anteriores, com algum nível de continuidade histórica entre si. O que chamamos costumes culturais, e o lazer é apenas um deles, não é mais que a cristalização cumulativa, reatualizada ou transformada de comportamentos do passado. Há em larga medida um fluxo contínuo entre o passado, o presente e o futuro, de tal modo que se poderia dizer existem elementos de modernidade na tradição, bem como elementos tradicionais na modernidade, no que se aplica também, obviamente, a dinâmica social dos tempos de trabalho e não-trabalho. Conforme dissera Anthony Veal (2004) a respeito dos mundos do trabalho no mundo contemporâneo – com analogias e paralelos óbvios com outros contextos históricos:

Nem todos na sociedade ocidental contemporânea têm experimentado a fragmentação formal entre trabalho e lazer. Mesmo em sociedades industriais, muito do trabalho continua a ser não remunerado e desregulamentado. Um tipo de trabalho e de lazer tradicionalmente tidos como típicos à sociedades pré-industriais continua a ser norma para a maior parte da população do planeta. Lazer e trabalho precedem a revolução industrial ocidental [...] Muitas formas, práticas e valores do lazer atual ocidental trazem consigo traços das religiões e tradições seculares pré-industriais (p. 16).

V

No Brasil, o alcance de tais controvérsias pode se tornar ainda mais agudo. Em primeiro lugar, a bibliografia brasileira dos estudos do lazer é bastante carente de pesquisas sobre a

história deste fenômeno. Definitivamente, a história do lazer não é um assunto que venha recebendo muita atenção desta comunidade de especialistas. Além disso, as poucas iniciativas nesse sentido sofrem ainda com o péssimo costume da transladação de grandes modelos teóricos produzidos na Europa, notando-se mesmo certa tendência em se aplicar ao Brasil, de maneira mais ou menos acrítica, conclusões desenvolvidas em outras partes, para outras partes. Algumas reflexões apresentadas sobre a história do lazer no Brasil podem às vezes ser excessivamente genéricas e até abstratas, operando tão somente por analogias teóricas; carentes, porém, de evidências empíricas que as fundamentem mais concretamente (para exemplos desse tipo, ver GOMES, 2004; REIS, CAVICHIOLLI, STAREPRAVO, 2009). Trata-se, em suma, do predomínio daquele *modelo teórico-interpretativo geral*, com a desvantagem de serem inteiramente ignorados os questionamentos, as controvérsias e a multiplicidade de pontos de vistas possíveis sobre o desenvolvimento histórico do lazer, constituindo, assim, uma apreensão bastante parcial das principais teses sobre este assunto.

Ainda em meados de 1990, Ademir Gebara (1997), baseado nos escritos de Marx sobre a transição do sistema de manufatura para grande indústria, destacou a industrialização promovida pelo capitalismo como o principal agente responsável pelo estabelecimento e posterior generalização universal de processos de controle e regulação do tempo, decisivos, segundo esta interpretação, para o desenvolvimento histórico do lazer. De certo modo reiterando tais compreensões, Heloísa Bruhns (1997) afirmou que a separação entre lazer e trabalho, bem como o estabelecimento de espaços “específicos e muito determinados” para ambos os fenômenos, relacionava-se com os instrumentos de controle racional do tempo. Por fim, arrematando a questão e reforçando conclusões semelhantes às de Gebara, dizia: “o entendimento da questão nos remete ao processo histórico da industrialização, no qual encontraremos relacionamentos diferenciados do homem com a vida. Numa sociedade pré-industrial, trabalho e lazer configuravam-se num mesmo espaço” (p. 34).

Mais recentemente, mas de maneira também semelhante, Haroldo Camargo (2007), em pesquisa sobre a história do turismo no Brasil, afirmou que qualquer tentativa de localizar indícios das origens do lazer antes de 1850, não seria mais que um “anacronismo gritante”, uma vez que as noções de tempo das sociedades industriais, bem como as suas respectivas condições estruturais, não poderiam ser identificadas na sociedade brasileira antes dos meados do século 19.

Tratam-se aqui de abordagens análogas, se não idênticas, à tradição teórica que postula o lazer como fenômeno decorrente da industrialização; espécie de lugar comum insistentemente repetido por sucessivas gerações de estudiosos do lazer. Esta conclusão transformada em axioma tem obliterado possibilidades de se capturar mais e melhor as especificidades históricas do lazer no Brasil. Curiosamente, mesmo no contexto europeu, onde os efeitos dos processos de modernização e industrialização manifestaram-se primeiro, o estabelecimento dessa relação tem sido problematizado, como vimos. O que dizer então da aplicação deste axioma a outros contextos? A sociedade brasileira pré-industrial teria, de fato, desconhecido noções de tempo que demarcavam com relativa rigidez o trabalho e o lazer? Seria esta, de fato, a principal condição estrutural para a emergência histórica do lazer?

No século 17, trabalhadores dos engenhos açucareiros do nordeste brasileiro conheceram considerável especialização de funções. De acordo com Vera Ferlini (2003), que estudou o assunto, entre 1620 e 1650, “o engenho apareceu como conjunto produtivo peculiar, novo, onde as atividades necessárias para a transformação da cana em açúcar foram organizadas segundo critérios de ordem, hierarquia, especialização, sequência e disciplina” (p. 139). Nesse contexto, havia uma organização bastante racional do trabalho, em situações que, por vezes, encontravam-se também na mineração, na pesca ou em alguns ramos da agricultura (ver DIAS, 2009). Ou seja, ainda no período colonial, alguns trabalhadores submetiam-se a jornadas com duração pré-determinada, com relativo controle do tempo, o que implicava, em contrapartida,

um tempo socialmente demarcado também para o não-trabalho, que seria, então, ocupado nas tabernas, nos teatros, nas apresentações circenses, nas procissões e festas religiosas, nos divertimentos domésticos como baralhos ou leituras individuais, nos saraus, nas serestas, nos batuques, nos lundus, nos jogos de argolinha, nas cavalhadas ou em toda uma enorme gama de práticas e atividades que se desenvolviam nessa esfera social (DEL PRIORE, 2010).

Dependendo das circunstâncias, mesmo entre escravos havia formas de distinguir e demarcar o trabalho e o não-trabalho. De um lado, havia o “tempo do senhor”, isto é, o tempo que o escravo dedicava à produção de mercadorias e serviços a serem usufruídos exclusivamente pela classe dominante. Mas havia também o “tempo do escravo”, isto é, o momento do descanso, dos batuques, das festas, do período da noite e dos domingos (geralmente liberados do trabalho) (REIS, 1993). O viajante inglês Henry Foster (1942), por exemplo, registrou a maneira como negros escravizados saíam furtivamente das senzalas à noite “para visitar um conhecido, morador a pouca distância ou ir tomar parte n’algum divertimento noturno” (p. 291).

A questão fundamental parece ser determinar o ponto de ruptura e explicar a natureza das transformações. Ao longo do século 18, há registros de inúmeras importantes transformações na escala de valores relacionadas ao trabalho e ao não-trabalho no Brasil. O vocábulo *lazer* já estava disponível no léxico da língua portuguesa desde princípios do século 18, com sentidos bastante semelhantes aos usados nos dias de hoje em seus usos correntes (DIAS, 2013). Sob o influxo do chamado “reformismo ilustrado”, simbolizado no contexto luso-brasileiro com a ascensão de marquês de Pombal à Secretaria de Estado do Reino no governo do rei D. José I, todo o vasto Império Português sofre uma ampla reforma político-administrativa baseada no pensamento iluminista (MAXWELL, 1996; NOVAIS, 1979). Nesse contexto, destacou-se o intenso engajamento na redefinição de técnicas de produção e na difusão de novos valores sociais, entre os quais a desaprovação do ócio e a valorização do trabalho. Em várias ocasiões, documentos oficiais da época enfatizam a ideia do trabalho como um “bem espiritual”, um “princípio de honra” e um “meio de abundância e riqueza”, além de configurar-se também como instrumento de combate ao ócio e à pobreza (DIAS, 2014). Pouco a pouco se edificava uma escala de valores, onde o trabalho figurava como virtude e o ócio como desvio. Não por acaso, medidas para repressão da vadiagem se fizeram notar em várias partes. Capturar vadios e enviá-los para a prisão ou para realização de algum trabalho tido por útil e capaz de gerar riqueza estiveram entre alguns dos expedientes mais frequentemente empregados nessa época (SOUZA, 1982).

Na esteira disso tudo, medidas para regulação das diversões não apenas se intensificaram como também assumiram novas configurações. A administração portuguesa inaugurava, então, novas formas de interdição sobre o comportamento lúdico, tentando explicitamente controlá-los por meio da divulgação de regras bem determinadas de conduta e comportamento (DEL PRIORE, 2000; TINHORÃO, 2001).

Embora preocupações com os divertimentos do povo fossem frequentes desde antes, do século 18 em diante notam-se mudanças importantes nesse processo. Nessa época, motivações de natureza religiosa foram paulatinamente substituídas como justificativas para repressão dos momentos de não-trabalho. Daí em diante tendeu a predominar motivações e interesses de natureza econômica. Assim, festas, folguedos e mesmo os dias santos, ao invés de serem censurados ou reprimidos por causa de eventuais divergências com a moral e teologia cristã, passaram a ser avaliados de acordo com o seu potencial econômico. Se em 1700 líderes religiosos exigiam dos senhores de escravos que observassem os preceitos cristãos para o descanso dominical (BENCI, 1977), em 1777, o próprio marquês de Pombal afirmava que o número de feriados e dias santos em Portugal (que incluía todas as suas colônias) era excessivo e prejudicial para a “indústria do povo”, tendendo mais a depravar que a corrigir sua moral,

tornando-os ociosos e introduzindo em seu meio todas as castas de vícios (*apud.*, BOSCHI, 1986, p. 38).

Quase paradoxalmente, porém, ao lado de uma nova postura diante do trabalho, novas formas de diversão começaram a ser registradas a partir do quartel final do século 18. Articulado ao projeto reformista de inspiração iluminista, casas de ópera foram inauguradas em Belém (1755), na Bahia (1760) e em Vila Rica (1769). No Rio de Janeiro, Marques de Lavradio, vice-rei do Brasil entre 1769 e 1778, notabilizou-se, entre outras coisas, por suas preocupações em promover bailes e reuniões, além de estimular e proteger o teatro. Na época do vice-rei D. Luís de Vasconcelos, uma companhia artística estável dedicada à música, ao teatro e a ópera já funcionava regularmente no Rio de Janeiro, incluindo cantores, dançarinos e cômicos (CAVALCANTI, 2004). Um espaço para a promoção de uma sociabilidade pública e moderna também foi edificado nessa época. O Passeio Público do Rio de Janeiro integrava esforços para adequar a cidade aos conceitos iluministas de vida civilizada e educação requintada (DIAS, 2013). Em Minas Gerais, do mesmo modo, o teatro já constituía nessa mesma época uma das manifestações mais gratas ao lazer das populações, segundo conclusões de Affonso Ávila (1978). O mercado de músicas também já se mostrava bastante dinâmico nas Minas Gerais nesse período (LANGE, 1985).

As diversões pareciam mesmo ser constitutivas da dinâmica da vida no século 18, conforme observou Maria Cristina Rosa (2005). Segundo revela sua bem documentada pesquisa sobre as diversões em Vila Rica (atualmente Ouro Preto, Minas Gerais), vendas, tabernas e botequins não apenas existiam como também eram intensamente frequentadas. Não raro, jogos de cartas, bailes, banquetes, saraus e outras diversões eram promovidos até mesmo durante as missas. Na verdade, no contexto do século 18, ocasiões religiosas não estavam em total oposição a rituais profanos de natureza lúdica. Algumas irmandades chegaram mesmo a ter na exploração comercial de jogos parte da fonte de suas rendas. Do mesmo modo, festividades cívicas como nascimentos de príncipes, morte de rainhas, casamentos de reis ou aniversários de membros da família real, também ofereciam ocasião e pretexto para a realização de diversas diversões, tais como corridas de touro, comédias ou serenatas.

Ao longo da primeira metade do século 19, ainda antes, portanto, de vestígios de industrialização, convencionalmente apontados como marcos decisivos para a emergência histórica do lazer, algumas evidências sugerem a existência de um universo de diversões pulsante, cuja existência, todavia, ainda é pouco considerada pelos estudiosos do lazer. Após a transferência da família real para o Brasil, em 1808, D. João VI criou, no Rio de Janeiro, a capela Real e o Real Teatro São João. A partir de 1810, anúncios de jornais da mesma cidade registravam crescente movimentação também no mercado de música, com a oferta e venda de instrumentos, aulas, serviços de músicos ou convocações para espetáculos (MONTEIRO, 2008). Na mesma época e região, sabemos ainda da existência de bares como a venda de Mr. Willis, frequentado como casa de campo por ingleses ligados a firmas comerciais; ou a cabana de Luísa, que vendia bebidas e comidas nos caminhos do Corcovado. Em meados da década de 1810, viajantes estrangeiros chegaram a registrar positivamente suas opiniões a respeito do mercado de serviços do Rio de Janeiro, destacando que a cidade oferecia “recursos bem satisfatórios”, referindo-se, mais especificamente, “[a] um certo número de casas de comestíveis, bem abastecidas de massas delicadas, azeites super finos, frios bem conservados e frutas secas de primeira qualidade” (DIAS, 2013, p. 81).

Em outras partes, como Minas Gerais, várias cidades conheceram ao longo de quase todo o século 19 uma intensa movimentação de espetáculos de teatro e circo. Esses espetáculos, com frequência e regularidade diversas, tinham grande abrangência. Sabará, Ouro Preto, Ouro Fino, Montes Claros, Pará de Minas, Campanha, Juiz de Fora, São João del Rei, Diamantina, Barbacena, Uberaba, São Domingos do Prata ou Cataguases, são algumas das cidades de Minas Gerais que compunham essa espécie de circuito de entretenimento (DUARTE, 1993).

Tudo isso, enfim, parece desestabilizar suposições teóricas já há muito arraigadas sobre as origens e o desenvolvimento histórico do lazer. Mas o que exatamente distinguiria diversões pré-industriais ou pré-modernas dos lazers modernos não parece ainda suficientemente claro. De maneira mais profunda, a própria natureza desta distinção talvez esteja a exigir maiores detalhamentos, supondo que seja de fato adequado distingui-los. Por consequência, as características conceituais, as especificidades históricas e os significados sociais deste fenômeno também parecem carecer de mais esclarecimentos. Para isso, o aprofundamento dos debates sobre o lazer, em geral, precisa ainda dedicar-se mais seriamente ao estudo das suas transformações históricas, em particular.

VI

O desenvolvimento de estudos do lazer tem se dado quase sempre sob marcos da sociologia. Em muitos aspectos, também é este o caso dos estudos históricos sobre o lazer. Uma das muitas implicações desta influência é a ênfase excessiva sobre a tese da descontinuidade histórica que a emergência do lazer teria representado, em comparação a outros modos de se organizar o trabalho, o lazer ou os tempos sociais, de maneira geral.

Os trabalhos sobre a história do tempo livre foram quase sempre sugeridos ou realizados por sociólogos. Por isso muitos autores se desinteressaram da profundidade temporal, desprezaram o enraizamento das práticas, sobrestimaram a inovação. O estudo histórico, pelo contrário, leva a sublinhar a antiguidade das raízes (CORBIN, 2001, p. 19).

A adoção de uma teoria convencional de modernização também tem limitado o horizonte interpretativo desse campo de estudos. Orientado por abordagens assim, tende-se a exagerar o sucesso, a velocidade, a extensão e abrangência das transformações modernizadoras, ao mesmo tempo em que se subestimam as contradições, permanências e mesmo as resistências intrínsecas a esse processo. A abordagem predominante sobre a modernidade, bem como sobre a relação entre lazer e modernidade, tende também a desprezar interações entre sociedades, subsumindo uma variedade de histórias locais numa narrativa hegemônica, homogênea e de certo modo evolucionista.

Todavia, a modernidade e as suas práticas, incluindo aí o lazer, constituem processos históricos de longo prazo, com temporalidades diversas e com origens múltiplas, localizadas não em qualquer ponto geográfico específico, mas nas redes de contato entre diferentes partes do mundo (entre outros, ver EISENSTADT, 2000; VEER, 1998). A própria divisão da vida social em domínios estanques, como o trabalho e o lazer, a economia e a cultura, é um produto cultural particular dos modos de representação da modernidade, entre muitos possíveis, pois outras formas por vezes conflitantes de representação dos processos históricos existiram e existem ainda. Há de fato uma infinidade de maneiras para práticas sociais se tornarem modernas, o que torna bastante discutível a tentativa de reduzir toda essa multiplicidade a uma única norma homogênea. Ao invés disso, pesquisadores do lazer deveriam estar atentos a essas multiplicidades possíveis, tentando, justamente, compreender seus mecanismos. A generalização de conclusões sobre situações particulares, elaboradas a partir do estudo dos valores, costumes ou ideologias de grupos particulares, de regiões particulares, pode ser inadequado para a compreensão histórica do lazer. Cada circunstância deve ser examinada caso a caso, radicada sempre em seus respectivos contextos e singularidades.

No seio de sociedades industriais, bem como no das pré-industriais, existem modos dinâmicos e porosos de transitar entre o mundo do trabalho e do não-trabalho. Essa fluidez e flexibilidade, mesmo que relativas e contingenciais, contrariam, ao menos em alguma medida, códigos de conduta e critérios de moralidade previstas a partir da lógica de alguns poucos grupos sociais, cujos parâmetros de comportamento não necessariamente correspondem aos da

sociedade em sua totalidade. Com efeito, a rígida demarcação entre as esferas do lazer e do trabalho é tão somente o resultado de uma idealística elaboração teórica e conceitual, que apesar de estar em conformidade com as expectativas ideológicas das classes dirigentes, não se confirma em muitas realidades empíricas, sobretudo às das classes subalternas. Por isso mesmo esses modelos teóricos representam também a distorção dessas realidades e, em última instância, não passam de elucubrações que carecem de fundamento histórico (DIAS, 2009, p. 25-26).

A maneira como diversos grupos sociais se relacionavam e se relacionam, no passado e no presente, com suas diversões e seus trabalhos podia e pode ainda ser muito mais matizada do que supõe “teorias” usualmente adotadas nos estudos do lazer. Regra geral e em razão mesmo da influência destas “teorias”, a inteligibilidade histórica do lazer fica sempre circunscrita ao que é tido como “moderno”, “industrial” e “urbano”. Tudo que desafie ou contrarie este conjunto de relações de significado é excluído do seu horizonte de pesquisas, criando, assim, um círculo vicioso, em que se multiplicam estudos favoráveis a tais “teorias”, ao mesmo tempo em que se bloqueiam, ou no mínimo desencorajam-se, estudos que poderiam contrariá-las de alguma forma. A própria aceitação do postulado teórico predominante nos estudos do lazer acaba por estimular a sua infinita confirmação, pois as pesquisas ocorrem dentro de estruturas e paradigmas estabelecidos, definindo, dessa maneira, quais questões estarão ou não abertas à investigação. A importação de modelos ou leis teóricas gerais, com pouco ou nenhum detalhamento empírico, não oferecerá atalhos para a superação desses obstáculos, se não apenas reforçará esta dinâmica. Além de revisar criticamente os acúmulos, acordos, consensos e pressupostos que orientam pesquisas sobre o lazer, melhor seria estudá-lo historicamente.

Pesquisas sobre práticas de recreação e divertimento do passado podem mesmo jogar novas luzes sobre a compreensão do lazer no presente. Muitos dos problemas para o estudo histórico do lazer se aplicam ou podem se aplicar em grande medida ao estudo contemporâneo deste fenômeno. A distinção teórico-conceitual que opõe trabalho e lazer, por exemplo, aparentemente cada vez mais incapaz de capturar sutilezas, nuances e especificidades várias na definição desses processos, é apenas uma das dimensões mais obviamente vulneráveis a problematizações críticas dessa natureza formuladas a partir de uma mirada historiográfica. As próprias distinções conceituais usualmente realizadas entre lazer, ócio e recreação, entre outros termos análogos, precisam também de séria revisão crítica (cf. MOORST, 1982). Pesquisas históricas seguramente podem colaborar nesse processo.

O recurso analítico ao conceito de lazer para o estudo histórico de períodos “pré-industriais” pode descortinar, de forma original, possibilidades investigativas sobre dimensões da vida social até então pouco exploradas. É este o caso das inúmeras formas de recreação, passatempos e divertimentos em geral, sem mencionar os modos de valoração cultural do trabalho e do não-trabalho, bem como o modo de organização e estruturação dos tempos sociais. Nesse sentido, a questão já não é apenas afirmar que o lazer tem uma existência histórica e temporal muito mais longa do que vem sendo convencionalmente sugerido, o que já parece bastante claro, mas sim compreender o sentido histórico dessas práticas em suas profundas articulações com outras dinâmicas sociais ao longo do tempo (KOSHAR, 2002). Por si só, a inexistência da palavra em determinados contextos históricos, ou seu uso socialmente limitado, não deve ser tomado como motivo suficiente para não usá-lo em análises históricas. O lazer pode perfeitamente ser identificado em períodos em que este vocábulo era usado de maneira pouco frequente ou até onde fosse eventualmente desconhecido. Não fosse assim, uma série de acontecimentos ou dinâmicas sociais não seriam nunca nomináveis como são. A palavra em língua inglesa para “iluminismo”, por exemplo, data do século 19 (SOARES, 2007, p. 27). Mas o fato de Isaac Newton não ter visto a si mesmo como um “*enlightenment thinker*” no século 17 não esvazia a utilidade ou a pertinência de assim tratá-lo e compreendê-lo a *posteriori*. A

Revolução Industrial desencadeada na Inglaterra dos séculos 18 e 19, do mesmo modo, só seria assim reconhecida depois que Arnold Toynbee a nomeara nesses termos em 1884 (BERLANSTEIN, 1992). Por acaso isto autorizaria dizer que não havia uma revolução industrial em curso antes disso? O uso do conceito de lazer para análises históricas de práticas de diversão em geral deveria ser encarado em termos semelhantes.

Todavia, isto não esvazia a pertinência do esforço pela determinação de um escopo conceitual historicamente mais preciso para o lazer, desde que não movido por obsessões filosóficas que paralise as pesquisas, ou por compulsões taxionômicas que têm a ilusão de classificar a realidade social de forma completa e absoluta. Seria adequado entender como lazer qualquer diversão, de qualquer tempo ou sociedade? Se não, o que exatamente distinguiria este fenômeno histórico específico de outras formas de manifestação lúdica? Mais ainda, o que explicaria essas transformações? Como sugestão, penso que talvez fosse adequado distinguir entre duas formas históricas de lazer: o moderno e o contemporâneo, que se diferenciam e se relacionam simultaneamente. Essa distinção, ao mesmo tempo em que marca diferenças e rupturas, também reconhece semelhanças e continuidades, além de reconhecer particularidades nos modos de organização das diversões ou do tempo livre na modernidade – compreendida da maneira mais ampliada possível. Nesses termos, o lazer do período industrial, comparado com o lazer do período pré-industrial, tem características singulares, sendo relativamente diferente, em suma. Mas ambos compartilham entre si o seu caráter moderno.

Referências

ÁVILA, Affonso. *O teatro em Minas Gerais: séculos XVIII e XIX*. Ouro Preto: Prefeitura Municipal de Ouro Preto / Museu da Prata, 1978.

ARCANGELI, Alessandro. *Recreation in the Renaissance: attitudes towards leisure and pastimes in European culture, c. 1425-1675*. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2003.

BAILEY, Peter. The politics and Poetics of Modern British Leisure: a late twentieth-century review. *Rethinking History*, v. 3, n. 2, p. 131-175, 1999.

BAIRD, Kenneth J. Popular leisure and industrialization: Kenneth J. Baird examines change and continuity in 19th-century British social history. *History Review*, issue 72, p. 33-37, Mar. 2002.

BENCI, Jorge. *Economia cristã dos senhores no governo dos escravos*. São Paulo: Grijalbo, 1977.

BERLANSTEIN, Lenard R. General Introduction. In: BERLANSTEIN, Lenard R. *The Industrial Revolution and Work in Nineteenth-century Europe*. New York / London, 1992, p. xi-xvi.

BONNELL, Victoria E.; HUNT, Lynn. Introduction. In: BONNELL, Victoria E.; HUNT, Lynn (eds.). *Beyond cultural turn: new directions in the study of society and culture*. Berkeley: University of California Press, 1999, p. 1-34.

BORSAY, Peter. The emergence of a Leisure Town: or an Urban Renaissance? *Past and Present*, n. 126, p. 189-196, Feb. 1990.

BOSCHI, C. Cesar. *Os leigos e o poder: Irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986

BRAMHAM, Peter; HENRY, Ian. Leisure Research in the UK. In: MOMMAAS, Hans (ed.). *Leisure research in Europe: methods and traditions*. Wallingford: CAB International, 1996, p. 179-205.

- BRUHNS, Heloisa Turini. Relações entre a educação física e o lazer. In: BRUHNS, Heloisa Turini (org.). *Introdução aos estudos do lazer*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997, p. 33-59.
- BULL, Chris; HOOSE, Jayne; WEED, Mike. The historical development of leisure In: *An introduction to leisure studies*. Essex: Pearson, 2003, p. 3-26.
- BURKE, Peter. The invention of leisure in early modern Europe. *Past and Present*, n. 146, p. 136-150, Feb. 1995.
- CAMARGO, Haroldo Leitão. *Uma pré-história do turismo no Brasil: recreações aristocráticas e lazeres burgueses (1808-1850)*. São Paulo: Aleph, 2007.
- CAVALCANTI, Nireu. *O Rio de Janeiro Setecentista: a vida e a construção da cidade da invenção francesa até a chegada da Corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- CHARTIER, Roger. Ocio y vida cotidiana en el mundo hispánico de la modernidad. *Revista Pedralbes*, v. 23, p. 21-38, 2003.
- CORBIN, Alain (org.). *História dos tempos livres: o advento do lazer*. Lisboa: Teorema, 2001.
- DE GRAZIA, Sebastian. *Tiempo, trabajo y ocio*. Madrid: Tecnos: 1966.
- DEL PRIORE, Mary. “Em casa fazendo graça”: domesticidade, família e lazer. In: MELO, Victor; MARZANO, Andrea (Org.). *Vida divertida: histórias do lazer no Rio de Janeiro (1830-1930)*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010, p. 17-48.
- DEL PRIORE, Mary. *Festas e utopias no Brasil colonial*. São Paulo: Brasiliense, 2000
- DIAS, Cleber. Emergência histórica do lazer no Brasil. In: ISAYAMA, Helder Ferreira; OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de. *Produção de conhecimento em estudos do lazer*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2014, p. 49-64.
- DIAS, Cleber. *Epopéias em dias de prazer: uma história do lazer na natureza (1789-1838)*. Goiânia: Ed. da UFG, 2013.
- DIAS, Cleber. Teorias do lazer e modernidade: problemas e definições. *Licere*, Belo Horizonte, v. 12, n. 2, p. 1-36, jun. 2009.
- DOMINGUES, José Maurício. *Ensaio de sociologia: teoria e pesquisa*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.
- DUARTE, Regina Horta. *Noites circenses: espetáculos de circo e teatro em Minas Gerais no século XIX*. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas: Campinas, 1993.
- DUMAZEDIER, Joffre. *Sociologia empírica do lazer*. São Paulo: Perspectiva / SESC, 1999.
- EISENSTADT, Shmuel. Multiple modernities. *Daedalus*, Cambridge, v. 129, n. 1, p. 1-29, 2000.
- FERLINI, Vera. *Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial*. Bauru: EDUSC, 2003.
- GEBARA, Ademir. Considerações para uma história do lazer no Brasil. In: BRUHNS, Heloisa Turini (org.). *Introdução aos estudos do lazer*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997, p. 61-81.
- GOMES, Christianne Luce. Lazer – ocorrência histórica. In: GOMES, Christianne Luce (org.). *Dicionário crítico do lazer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p. 133-141.
- HATCHER, John. Labour, leisure and economic thought before the nineteenth century. *Past and Present*, n. 160, p. 64-115, Aug. 1998.

- HUNNICUTT, Benjamin K. The history of Western Leisure. In: ROJEK, Chris; SHAW, Susan M; VEAL, A. J. *A Handbook of leisure studies*. New York: Palgrave Macmillan, 2006, p. 55-74.
- HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- JAMENSON, Frederico. *A virada cultural: reflexões sobre o pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- JARVIE, Grant; MAGUIRE, Joseph. *Sport and leisure in social thought*. London / New York: Routledge, 1994.
- JOHNSON, Linton K. Introduction: rethinking labour and leisure. *Leisure studies*, v. 27, n. 4, p. 369-374, 2008.
- JORDAN, Sarah. *The Anxieties of Idleness: Idleness in Eighteenth-century British Literature and Culture*. Lewisburg: Bucknell University Press, 2003.
- KOSHAR, Rudy. Seeing, traveling, and consuming an introduction. In: KOSHAR, Rudy. *Histories of leisure*. Oxford / New York: Berg, 2002, p. 1-25.
- KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.
- LANGE, Francisco Curt. A música barroca. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História geral da civilização brasileira*. Tomo I, vol. 2. São Paulo: Difel, 1985.
- MACKAY, Ruth. “*Lazy, improvident people*”: myth and reality in the writing of Spanish History. Ithaca: Cornell University Press, 2006.
- MARFANY, Jean-Lluís. Debate: The invention of leisure in early modern Europe. *Past and Present*, n. 156, Aug. 1997.
- MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- MCINNES, Angus. The emergence of a leisure town: Shresbury, 1660-1760. *Past and Present*, n. 120, p. 53-87, Aug. 1988.
- MCLEAN, Daniel; HURD, Amy. *Recreation and leisure in Modern Society*. 9 ed. Burlington: Jones & Bartlett Learning, 2009.
- MELO, Victor. *Esporte e lazer – conceitos: uma introdução histórica*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.
- MELO, Victor. Lazer, modernidade, capitalismo: um olhar a partir da obra de Edward Palmer Thompson. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 45, p. 5-26, jan./jun. 2010.
- MOMMAAS, Hans. European leisure studies at the crossroads? A history of leisure research in Europe. *Leisure Sciences*, v. 19, issue 4, p. 241-254, Oct. 1997.
- MONTEIRO, Maurício. *A construção do gosto: música e sociedade na Corte do Rio de Janeiro, 1808-1821*. Rio de Janeiro: Ateliê, 2008.
- MOORST, Harry Van. Leisure and social theory. *Leisure Studies*, v. 1, issue 2, p. 157-169, 1982.
- NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1979.

- PLUMB, J. H. The commercialization of leisure in Eighteenth century England. In: MCKENDRICK, N. (ed.). *The Birth of a Consumer Society*. Bloomington: Indiana University Press, 1982, p. 265-285.
- REIS, João. A greve negra de 1857 na Bahia. *Revista USP*, São Paulo, vol. 18, p. 8-29, 1993.
- REIS, Leôncio José de Almeida; CAVICHIOLLI, Fernando Renato; STAREPRAVO, Fernando Augusto. A ocorrência histórica do lazer: reflexões a partir da perspectiva figuracional. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Campinas, v. 30, n. 3, p. 63-78, maio 2009.
- RHEINHEIMER, Martin. *Pobres, mendigos y vagabundos: la supervivencia en la necesidad, 1450-1850*. Madrid: Siglo XXI, 2009.
- ROSA, Maria Cristina. *Da pluralidade dos corpos: educação, diversão e doença na Comarca de Vila Rica*. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.
- RUSSEL, Dave. The making of modern leisure: the Birth experience c. 1850 to c. 1960. In: BLACKSHAW, Tony (ed.). *Routledge Handbook of Leisure Studies*. New York: Routledge, 2013, p. 15-25
- SAMDAHL, Diane M. Epistemological and Methodological Issues in Leisure Research. In: JACKSON, Edgar; BURTON, Thomas L. (eds.). *Leisure studies: prospects for the twenty-first century*. State College, PA: Venture, 1999.
- SAMUEL, Nicole. The Prehistory and History of Leisure Research in France. In: MOMMAAS, Hans (ed.). *Leisure research in Europe: methods and traditions*. Wallingford: CAB International, 1996, p. 11-37.
- SCHATTNER, Angela. 'For the recreation of Gentlemen and Other Fit Persons of the Better Sort': Tennis Courts and Bowling Greens as Early Leisure Venues in Sixteenth- to Eighteenth Century London and Bath. *Sport in History*, v. 34, n. 2, p. 198-222, 2014.
- SNAPE, Robert; PUSSARD, Helen. Theorizations of leisure in inter-war Britain. *Leisure Studies*, v. 32, n. 1, p. 1-18, 2013.
- SOARES, Luiz Carlos. *Albion revisitada: ciência, religião, ilustração e comercialização do lazer na Inglaterra do século XVIII*. Rio de Janeiro: 7 Letras / Faperj, 2007.
- SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1982
- THOMAS, Keith. History and Anthropology. *Past and Present*, v. 24, issue 1, p. 3-24, 1963.
- THOMAS, Keith. Work and leisure in pre-industrial society. *Past and Present*, n. 29, p. 50-66, Dec. 1964.
- THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitudes em relação as plantas e aos animais (1500-1800)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- THOMAS, Keith. *Religião e o declínio da magia: crenças populares na Inglaterra, séculos XVII e XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- TINHORÃO, José R. *As festas no Brasil colonial*. São Paulo: Editora 34, 2001.

TULIANI, Maurizio. Diversión y ocio en las ciudades italianas de la Baja Edad Media. In: VACA LORENZO, Angel (ed.). *Fiesta, juego y ocio en la historia*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2003, p. 103-123.

VEAL, Anthony J. A brief history of work and its relationship to leisure. In: HAWORTH, John T.; VEAL, A. J. (eds.). *Work and leisure*. London: Routledge, 2004.

VEER, Peter Van Der. The global history of “modernity”. *Journal of the Economic and Social History of the Orient*, v. 41, n. 3, p. 285-294, 1998.

VICKERS, Brian. Leisure and idleness in the Renaissance: the ambivalence of otium. *Renaissance Studies*, v. 4, issue 1, 1990.